



Comentário de Fanny Blanck-Cereijido⁵ sobre o caso apresentado por Miriam Grynberg

A paciente descrita é encaminhada pelo seu terapeuta de casal, já que entrou em pânico ao saber que estava grávida de um menino. Seu vínculo com o marido parece ser frágil e ambivalente, ele a acusa de usá-lo somente para conceber. Aline tem uma menina de dois anos com quem mantém uma relação muito íntima.

A complexidade da situação familiar de Aline é tal que me leva a fazer um diagrama familiar para melhor me localizar: avós nazistas arianos (incluo dados raciais-antropológicos pela relevância que têm neste caso) → pai de traços arianos – mãe latina → dois filhos, filho homem latino, Aline (paciente, ariana) → o que espera Aline de seu bebê?

A rejeição tão violenta em relação a seu bebê envolve uma fantasia filicida que provoca um primeiro impacto de rejeição e estranheza. Pergunto-me: ela odeia o marido? Não tolera a diferença sexual? E se assim for, o que e quem é esse homem para ela? Juntamente com a rejeição, o que promove uma aproximação e um interesse em compreendê-la é o próprio temor da paciente diante do desejo de desembaraçar-se de seu bebê e de martirizá-lo. Minha primeira sensação é de rejeição pela paciente devido à estranheza que desperta uma atitude materna tão destrutiva diante da indefesa infantil. O óbvio é pensar numa identificação com sua própria mãe, já que sabemos que ela a rejeitou e Aline coloca o mesmo em seu bebê, mas subsiste a incógnita: Por que o ódio aparece quando ela fica sabendo que o bebê é do sexo masculino? Parece que toda diferença é intolerável.

A analista abre uma possibilidade ao aceitá-la, que também significa aceitar esperar para saber que se trata de uma situação tão complexa. Depois de seu temor e perplexidade, Miriam diz: eu a enfrento. A paciente sente alívio, é aceita apesar de ser alguém que parece cercada pela intolerância dos outros e pela própria intolerância à diferença. De fato, a paciente adocece quando surge a ameaça de encontrar alguém diferente, já que sua filhinha e ela são uma. A nova gravidez, agora de um menino, pode significar outra ameaça: e se o menino for parecido com sua mãe (mãe da paciente)? Talvez Aline se identifique com a discriminação racista de seu avô: ela temia ser rejeitada por seus antecedentes nazistas, de maneira que podemos pensar em um elemento identificatório com os avós; por isso relata essa origem depois de saber que foi aceita em análise. E é nesse ponto que consegue

⁵ Membro Efetivo da Associação Mexicana de Psicanálise.



falar de algo que lhe provoca dor e vergonha: foi maltratada pelos pais. Que estigma carregava?

Diante de seus pais, Aline é a discriminada, a judia. O pai de Aline, que tentou não ser como seu próprio pai, é vítima do retorno do reprimido e passa a ser o torturador de sua filha. E por que se analisar com Miriam que é judia? Talvez aceitar uma judia estabeleça uma diferença com os avós, e ela então não seria nazista.

A identificação de Aline com a discriminação do avô e de seus pais aparece na intolerância por seu bebê. A prova para a analista consiste em conceber Aline como alguém que não está necessariamente aderida à sua genealogia. Ela poderá, finalmente, ser outra, se a compulsão de repetição não for a única lei que rege na psique.

Por que ela demora tanto em relatar que seus avós são nazistas? Por vergonha ou por identificação? Abre-se o problema que é uma encruzilhada de preconceitos: avós nazistas que odeiam sua mãe latina; pais que odeiam a ariana Aline; Aline que odeia o filho homem que está a caminho e cuja fisionomia desconhece.

Concordo com Silvia que, neste caso, são extremamente importantes as circunstâncias socioculturais, os pertencimentos e as identificações e acredito que, devido ao seu pertencimento familiar e social, Miriam considera o nazismo como o dado primordial. Na verdade, sua pergunta “Posso tratar a neta de um nazista?” não é somente fruto do impacto de assumir alguém com um pacote tão embrulhado, é que nazista é um significante suficientemente forte para ela pelo seu núcleo de pertencimento e seus laços familiares muito evocativos a esse respeito. Logicamente, cabe perguntar-se, como o faz Miriam mais adiante, se “neta de nazista” evoca a mesma coisa ou é a mesma coisa, se não vale a distância geracional para estabelecer uma diferença.

A participação da colega consultada por Miriam tenta criar outra versão possível da história apontando para a possibilidade de que a vítima não seja a analista judia, mas a paciente, e pensando numa versão do conflito que não seja necessariamente maniqueísta, ou seja, pensar em algo que vá além de quem era a vítima e quem era o vitimário nesse momento dessa história.

O pertencimento de Aline não é claro, ela refere sentir-se sempre à margem de todos. Aline foi objeto dos desejos de morte de seus pais, algo que tornou sua vida muito difícil e que talvez a tenha colocado numa necessidade de amar seus avós nazistas. Esta mesma incógnita sobre seu pertencimento cria uma dificuldade para que ela possa conceber como e quem será seu filho, que projeto identificatório poderá atribuí-lhe. O pertencimento de Miriam está claro, ela faz parte da comunidade judeu-mexicana que é, em geral, uma comunidade tradicional e pouco



includente, embora ela consiga questionar seu preconceito e pensar em Aline como uma pessoa particular, com um sofrimento que lhe é próprio.

Ao longo da história que ouvimos, parece que, para Aline, tem mais peso ter sido odiada e maltratada por seus pais do que ser neta de avós nazistas, embora a discriminação dos avós seja o primeiro elo de uma cadeia sinistra. Esta encruzilhada de preconceitos e ódios leva à pergunta sobre quais são as imposições criadas pela transmissão transgeracional. O pertencimento transmitido é obrigatório? Esta é uma pergunta que nos fazemos com respeito aos avós e com respeito aos pais que não a querem viva. Que inserção eles possibilitam? Esta é uma interrogação que aparece porque Aline precisa desenvolver um pertencimento próprio para ter um lugar na vida e um lugar para seu filho.

O preconceito em torno do europeu/autóctone poderia, ou não, aparecer mais tarde na análise, se não aparecia na palavra da paciente ou na mente da analista como opção, já que é mais perturbador pensar em nossas diferenças no cotidiano. Nossos consultórios na América Latina estão cheios de pacientes brancos de classe média ou alta, e nós, analistas, com nossos honorários, criamos forçosamente uma exclusão que não incluímos em nosso pensamento.

Finalmente, se a analista tivesse se apegado ao preconceito de destino, não teria assumido a análise de Aline, mas ela optou pela chance de fazer algo com esta neta de nazista, assim como com sua própria contratransferência, inevitável, mas também modificável.

Desta forma, Miriam sai da posição preconceituosa através de um processo de autoquestionamento e situa-se de outra maneira para poder pensar em Aline indo além da “neta de nazista”, como uma pessoa com sua própria circunstância existencial, com sua biografia particular e seu presente próprio, único e individual, além do seu pertencimento familiar de discriminante ou discriminada.